



## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA COM O ENSINO REMOTO

Edinéia Natalino da Silva Santos (PPGE-UNESP/Rio Claro )

[edineianatalino@gmail.com](mailto:edineianatalino@gmail.com)

Maria Domingas de Souza (SEDUC-MT)

[mariads.moraes@gmail.com](mailto:mariads.moraes@gmail.com)

Claudineia Marinho das Flores (SEDUC-MT)

[neiaflores7@gmail.com](mailto:neiaflores7@gmail.com)

GT 3 – EDUCAÇÃO E DIVERSIDADES CULTURAIS

### RESUMO

A pandemia do novo corona vírus (SARS-CoV-2) causador da Covid-19, traz desafios para toda as esferas sociais, em especial às políticas sociais, nesse sentido o presente trabalho tem como objetivo analisar como a realização do ensino remoto emergencial para os educandos da modalidade educação de jovens e adultos (EJA), despontando como questão central: Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos e profissionais da escola (antigo Ceja) EEDIEB Prof. Milton M. Curvo, do município de Cáceres? A metodologia ampara-se na abordagem de pesquisa com cunho qualitativa, bibliográfica, baseando-se em Minayo (2001). Para coleta de dados utilizamos questionário aplicados aos professores da escola em estudo. Para fomentar o diálogo da temática da educação de jovens e adultos em tempo de pandemia buscamos referência em Freire (2018), Arroyo (2007), Garcia et al(2020) Santos (2020). Os resultados apontam a necessidade de políticas públicas para as pessoas de jovens, adultos e idosos que possam amenizar a dívida social produzida ao longo da história, de exclusão ao processo educacional.

**Palavras Chaves:** EJA, Pandemia Covid 19, Ensino Remoto

### 1 Introdução

A humanidade está vivenciando e presenciando momentos difíceis, inclusive pelos sofrimentos e dores, provocados pela pandemia do novo corona vírus (SARS-CoV-2) causador da Covid-19. No entanto, vale lembrar que o mundo vem permanentemente vivenciando tempos de crise “à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro” (Boaventura Santos, 2020, p.8).

Como evidencia Santos (2020) essa crise provocada pela pandemia legitima e revela, a grandiosa desigualdade social com concentrações de riquezas e a incúria dos governantes, tanto nas áreas da saúde, educação e ambiental. “A crise transforma-se na causa que explica tudo o resto. Por exemplo, a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários” (Santos, 2020, p.8).

Após essa breve reflexão, nos remetemos à algumas indagações: como está ocorrendo as aulas em tempo de pandemia nas escolas de EJA? Continuando nossas problemáticas é importante pensarmos os pós pandemia: Como será o ensino nos pós pandemia para a população da classe trabalhadora? Quais serão os recursos para os mais de 11 milhões de indivíduos que ainda não sabem ler e escrever? Dentre esses números encontra-se sujeitos tanto na área urbana e rural. Como os sujeitos que ainda não sabem ler ou escrever terão acesso à educação remota por meio de recursos tecnológicos digitais?

Tais questionamento remete nos à algumas pistas deixadas por Paulo Freire em Pedagogia do Compromisso (2008), para ele “a crise que vivemos na educação é uma crise política, da estrutura do Estado e da sociedade. Entretanto, não há dúvida de que estas transformações vividas fora da escola devem ser incorporadas pelo sistema escolar. Mas, advirto, é um erro pensar que o computador em si mesmo educa” (FREIRE. 2008, 61). Nessa direção, Freire considera viável introduzir um currículo interdisciplinar no sistema escolar para se ter uma visão mais ou menos global da realidade.

Diante dessa realidade, estão inseridas as pessoas jovens, adultas e idosas públicos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), vale destacar que ao longo da história da educação brasileira, essa população sempre foi excluída do processo de escolarização. Com a Constituição Federal de 1988 passa a ser um direito de todos, como expresso em seu artigo 205 “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Apesar do expresso na Carta Magna, muitas são as dificuldades enfrentadas para que os jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica, possam estudar permanecer na escola até concluir seus estudos na educação básica. Nesse sentido, este trabalho está organizado etapas. Na primeira etapa realizamos uma breve discussão do

cenário brasileiro no contexto de pandemia bem como as políticas sociais da Educação de Jovens e Adultos (EJA). No segundo, tecemos algumas reflexões dos dados à luz da teoria. Por fim, trazemos nossas considerações finais.

## **2. A EJA no cenário da pandemia da Covid-19 no contexto brasileiro: Algumas reflexões**

O contexto da pandemia do novo corona vírus provocador da Covid-19, que se iniciou na Ásia, passou pela Europa, Oceania, África e chegou às Américas, acentuou ainda mais a problemática da desigualdade social. No Brasil pode-se dizer que mesmo antes da pandemia já existia um processo de desmontes dos direitos sociais, em profunda crise da democracia social.

Importante destacar que o estado de crise mundial nas palavras de Santos (2020, p.5), apesar das justificativas para as retiradas de direitos sociais, inclusive no Brasil, a pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Para o autor “desde a década de 1980– à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro, o mundo tem vivido em permanente estado de crise”.

Santos (2020) destaca que numa pandemia tem -se alvos privilegiados, considera-a com uma alegoria, para o autor:

O sentido literal da pandemia do coronavírus é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados por um inimigo invisível. Mas o que ela exprime está muito além disso. Eis alguns dos sentidos que nela se exprimem. O invisível todo-poderoso tanto pode ser o infinitamente grande (o deus das religiões do livro) como o infinitamente pequeno (o vírus). Em tempos recentes, emergiu um outro ser invisível todo-poderoso, nem grande nem pequeno porque disforme: os mercados. (SANTOS, 2020, p.11).

Os dizeres de Boaventura de Souza Santos, nos proporciona a refletir sobre a atual conjuntura na brasileira, diante da ausência do Estado na manutenção dos direitos fundamentais à vida, se dá de forma extremamente reduzida, que desde alguns tempos aflora para a maioria da população brasileira que vive em vulnerabilidade social, diante da pobreza, falta de emprego, moradia, alimentação, saúde, educação e ainda a grande redução das políticas sociais.

Diante do cenário atual brasileiro, na ausência de políticas públicas sociais, bem como de planejamento para amenizar as situações no tempo de isolamento social, em âmbito das políticas educacionais, no dia 17 de março de 2020, o MEC publicou a Portaria

nº 343, que em seu artigo 1º, autoriza em caráter excepcional a substituição das aulas de ensino presenciais por “aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL,2020). Em 28 de abril de 2020, é publicado o Parecer CNE/CP nº 5, esse parecer orienta tanto em âmbito da Educação Básica quanto da Educação Superior das diretrizes da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

Segundo o parecer CNE/CP nº 5/2020:

O ponto chave ao se discutir a reorganização das atividades educacionais por conta da pandemia situa-se em como minimizar os impactos das medidas de isolamento social na aprendizagem dos estudantes, considerando a longa duração da suspensão das atividades educacionais de forma presencial nos ambientes escolares. (BRASIL,2020, p.8).

Ainda no parecer apresenta-se a listagem de meios não presenciais que podem ser utilizados tais como: plataformas digitais, plataformas virtuais, mídias sociais, videoaulas, vídeos educativos, programas de televisão, entre outros e a indicação dos familiares como facilitadores para as atividades escolares não presenciais.

O parecer destaca as recomendações sobre a modalidade da Educação de Jovens e Adultos:

Enquanto perdurar a situação de emergência sanitária que impossibilite as atividades escolares presenciais, as medidas recomendadas para o ensino fundamental e para o ensino médio, na modalidade EJA, devem considerar as suas singularidades na elaboração de metodologias e práticas pedagógicas, conforme Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000 e a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000 que estabeleceu as DCN's para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e a Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010, que instituiu Diretrizes Operacionais para a EJA (BRASIL, 2020, p.14)

Recomenda-se ainda no referido parecer para além das legislações respeitar-se a:

autonomia e competência, as instituições dialoguem com os estudantes na busca pelas melhores soluções, tendo em vista os interesses educacionais dos estudantes e o princípio normativo de “garantia de padrão de qualidade”. Pedagogia de projetos, incremento de apoio à infraestrutura das aulas e acesso à cultura e às artes, pode ensejar estímulos às atividades, considerando-se ainda as especificidades do ensino noturno (BRASIL, 2020, p.14)

Importa ressaltamos que ao referir-se de uso das novas tecnologias nas práticas pedagógicas para a EJA, se faz necessário pensar na inclusão digital, proporcionando ações através de políticas públicas para o acesso igualitário às informações, não apenas para atender às novas exigências do mercado, mas para melhorar a condição e qualidade de vida dos sujeitos. No entanto no contexto da Pandemia nos permite refletirmos: os

educandos da EJA têm em suas residências equipamentos e ou acesso à internet? Quais medidas públicas foram realizadas para que os educandos da EJA tivessem acesso aos meios digitais sugeridos no parecer CNE/CP nº 5 de 2020?

No tocante as legislações educacionais, vale destacar que ela não somente influencia na elaboração de políticas, mas também nas práticas em sala de aula. Nessa direção o presente momento nos proporciona, após 20 anos da aprovação das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, dentre elas destaca o o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, do relator Carlos Roberto Jamil Cury, aprovado em 20/05/2000. Este parecer é considerado o principal documento regulamentador das Diretrizes Curriculares para a EJA no Brasil, que culminou na Resolução CNE/CEB nº 1/2000. Para Santos (2012) esse parecer proporcionou uma redefinição no papel da EJA, não mais a deixando com a finalidade de suprir e compensar a escolaridade para os que foram excluídos do processo de escolarização, atribuindo à EJA três funções: Reparadora, Equalizadora e Qualificadora, destaca-se que essas diretrizes contribuíram para a formação de educadores em serviço, e conseqüentemente, para o fazer pedagógico em âmbito escolares. Como nos lembra Paulo Freire “se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante” (FREIRE, 1996, p.112).

No campo da EJA em Mato Grosso, a primeira década do século XXI foi marcada pela luta dos educadores a favor do direito à educação nas diversas etapas, na EJA, teve-se a participação no processo de lutas para o fortalecimento dessa modalidade de diversos setores da sociedade, profissionais da educação, educandos e do Fórum Permanente de Debates da EJA (FPDEJA-MT), obteve-se vários avanços nos anos de 2000 até volta de 2015, tanto em âmbito de legislação estadual no qual o Conselho Estadual de Mato Grosso, através da Resolução nº 180/CEE/MT/2000, substituída pela Resolução Normativa nº005/2011/CEE/MT, fixa normas para a oferta da Educação de Jovens e Adultos no sistema estadual de ensino, reafirmando o que consta no Parecer nº 11/2000/CNE. Houve-se também grandes avanços, inclusive diante da necessidade de reconhecer as especificidades dos sujeitos da educação de jovens e adultos e dos diferentes tempos e espaços formativos, criou-se nos anos de 2008 através do Decreto nº 1.123 de 28/01/2008 os CEJAS- Centro de Educação de Jovens e Adultos (extinto pelo governo Mauro em Mendes) em plena pandemia, no ano de 2021.

Numa tese neoliberal a atual gestão do Estado de Mato, vai se justificando e seguindo o atual modelo de gestão de uma direita radical que se declara adepta da barbárie e do obscurantismo sem nenhum receio, no qual deixa explícito que a educação está em constante disputa ideológica em projeto de governo, com ao movimento “escola sem partido”, militarização das escolas, fechamento de escolas, as perspectivas de privatização e teocratização.

### 3. Procedimentos metodológicos

Diante dos ensinamentos de Minayo(2001) pode-se dizer que metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade . Assim, a metodologia desse estudo ancora-se na abordagem qualitativa. A esse respeito Minayo (2001), assevera que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares.

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p.22)

Vale destacar que segundo a autora, nesse tipo de abordagem de pesquisa tanto os dados quantitativos e qualitativos, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

A pesquisa foi realizada no Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA "Prof. Milton Marques Curvo", Cáceres-MT (extinto pela SEDUC-MT em 2021) e criado atualmente como EEEDIEB Prof. Milton Marques Curvo . Pode-se dizer que ao longo de sua trajetória escolar, a unidade escolar sempre teve como finalidades oferecer formas diferenciadas de atendimento que compreendam a educação escolar e a educação continuada ao longo da vida e a necessidade de reconhecer as especificidades dos sujeitos da educação de jovens e adultos e dos diferentes tempos e espaços formativos. Desde sua criação Desenvolveu um trabalho totalmente voltado para a os sujeitos da EJA, pertencentes a diferentes categorias profissionais, classes sociais e faixas etárias Atualmente com a nova organização realizada pela SEDUC\_MT, nos CEJAS de Mato Grosso, a unidade escolar também passou a atender o Ensino Fundamental Organizado por Ciclo de Formação Humana e o Ensino Médio Regular.

Este trabalho trata-se de uma pesquisa com uso de instrumento para coleta de dados o uso de questionário aplicados à professores que atendem a EJA no *locus* da

pesquisa. Para Moroz e Gianfaldoni (2002), a utilização da técnica para coleta de dados com o questionário deve ser cuidadosamente planejada, de forma que as questões especifiquem claramente o conteúdo que se pretende ser abordado pelos sujeitos da pesquisa. Para as autoras os questionários é “um instrumento de coleta de dados com questões a serem respondidas por escrito sem a intervenção direta do pesquisador.” (MOROZ E GIANFALDONI, 2002, p.66). Utilizou-se também pesquisa bibliográfica, com procedimentos utilizou a leitura e fichamento de textos

#### **4. Ensino Remoto na EJA: Dialogo com os resultados**

O processo histórico da escolarização das pessoas jovens, adultos e idosos, é marcada por lutas, avanços, mas principalmente por retrocessos, visto que sempre ficou às margens nas políticas públicas educacionais, sempre tida com “ensino supletivo”, diante de diversas campanhas assistencialistas, sem continuidade, para num determinado momento histórico, atender a demanda de mercado. Entretanto vivenciamos nos últimos anos muitas perdas, dentre elas podemos citar no início do governo Bolsonaro o fechamento da SECADI/ MEC- -Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, essa secretaria em abrigava a EJA, em seu lugar foram criadas a SEMESP e a Secretaria de Alfabetização, assim fica evidente que a EJA perde seu lugar no Ministério da Educação, uma vez que nenhuma destas duas secretarias se responsabilizou pela condução da EJA no MEC.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Lei nº 9.394) de 20 de dezembro de 1996 estabeleceu as diretrizes e bases da Educação Nacional e definiu a educação como aquela que abrange os processos formativos que se desenvolve em âmbito familiar, no trabalho, nas manifestações culturais vinculada ao mundo do trabalho. Pela primeira vez a educação de jovens e Adultos -EJA é reconhecida como modalidade da educação básica, a qual traz nos artigos 37 e 38, a reafirmação de uma educação de adultos voltada à reposição de escolaridade, baseada nas especificidades de seus sujeitos, Na atualidade permanecem, ainda, como marco regulador a Constituição Federal de 1988, a LDBEN nº 9394/1996, o Parecer 11/2000/CNE/CEB, a Resolução nº 1/2000/CNE/CEB e a Resolução nº 3/2010/CNE/CEB e na atualidade a Resolução nº 1/2021/CNE/CEB publicada em 25 de maio de 2021. Tal resolução institui Diretrizes Operacionais para a EJA nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a Educação de Jovens e Adultos à Distância.

Importante destacar que essa nova resolução não menciona a palavra Trabalho, apenas empregabilidade e qualificação profissional. Ao mencionar que a EJA deve atentar para as recomendações da própria BNCC, destacamos que a própria resolução em seu documento se limitou apenas citar esse campo do saber, mas não discute, não problematiza ou dialoga com suas especificidades, no qual a própria BNCC não traz discussões e debate. Nessa direção destaca-se:

Assim como a BNCC, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), lançada em 11 de abril de 2019, por meio do Decreto nº 9.765 que vai tratar da política de alfabetização no país no atual governo, traz concepções ideológicas ultrapassadas, com viés discriminatório, em que o analfabetismo é visto enquanto uma epidemia que precisa ser erradicada, combatida e eliminada (MENEZES, CUNHA JUNIOR, NASCIMENTO, 2020, p.12)

Vale destacar que as pessoas jovens, adultos e idosos “precisam ser reconhecidas como sujeitos de direito, pois em virtude das situações de desigualdade presentes na sociedade brasileira, e ausência do Estado na garantia dos direitos, lhes negado o direito à educação” (CAPUCHO, 2012, p.23).

Segundo Santos (2012, p.23) A EJA deve ser “reconhecida também como espaço de tensão e aprendizagem em diferentes ambientes de vivências que contribuem para a formação de jovens e adultos como sujeitos da história”, uma vez que atende um público na maioria alunos oriundos dos segmentos mais pobres da população, e com uma trajetória educacional marcada pelas desigualdades sociais e educativas.

Para uma melhor compreensão da complexidade do Ensino Remoto emergencial, na educação de modo geral, em especial para os estudantes da EJA é preciso compreender que ensino remoto não é sinônimo de ensino a distância, embora estejam diretamente relacionados ao uso de tecnologia e, nesse caso, digital.

Segundo. Garcia et al (2020) do ponto de vista didático, o professor, ao ensinar remotamente, enfrenta o mesmo desafio do ensino convencional, em sala de aula presencial. Nessa direção compreende-se que

O ensino remoto permite o uso de plataformas já disponíveis e abertas para outros fins, que não sejam estritamente os educacionais, assim como a inserção de ferramentas auxiliares e a introdução de práticas inovadoras. A variabilidade dos recursos e das estratégias bem como das práticas é definida a partir da familiaridade e da habilidade do professor em adotar tais recursos (GARCIA et al, 2020, p. 5).

Compreendemos que como alternativa e para que ocorra as aulas, mantendo o isolamento social foi fundamental para esse momento de pandemia provocado pela covid-

2019, na educação o Ensino Remoto. Entretanto vale destacar que as autoras trazem as diversas possibilidades, apresentando diversas ferramentas para que ocorra as aulas remotas, mas existe uma problemática nesse sentido, em especial para os alunos da classe trabalhadora pobre, das escolas públicas, o acesso aos meios digitais. Nessa direção, diante do cenário da pandemia e da rede de ensino estadual de Mato Grosso, diante das recomendações em âmbito nacional, as aulas, para atender esse período, passaram a ser aulas remotas

A Escola EEDIEB Prof. Milton Marques Curvo, lócus da nossa pesquisa, localizada no município de Cáceres, até o ano de 2020 era um CEJA- Centro de Educação de Jovens e Adultos, arquitetado há mais de 30 anos, para atender exclusivamente os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, para assim propiciar um espaço de identidade para os Jovens e Adultos. No entanto a partir de 2021, essa unidade escolar, por Decreto do governo estadual foi extinto os CEJAS, em todo estado de Mato Grosso. Em alguns municípios nos espaços que funcionava os CEJAS foi criada a Escola EEDIEB. Com a substituição do CEJA, que atendia exclusivamente os sujeitos da EJA, a EEDIEB passa a atender também a atender o ensino crianças e adolescente, através da oferta do ensino fundamental organizado por ciclo de formação humana, nos anos finais 6º ao 9º ano) e também o ensino médio regular.

Diante das nossas inquietações a verificar como está ocorrendo o Ensino Remoto na educação de jovens e adultos na escola lócus da pesquisa. Nessa direção, diante dos dados obtidos no percurso da pesquisa apresentaremos aqui os resultados, no que diz respeito ao formulário de pesquisa/questionário, com o objetivo de analisar e transcrever percepções que os profissionais, sujeitos da pesquisa, apontam sobre suas práticas pedagógicas com alunos da EJA, bem como apontar os desafios em trabalhar o ensino remoto em tempos de pandemia.

O questionário foi respondido por três professores, que atendem somente a EJA, desse total dos sujeitos com idade que varia de 33 a 51 anos de idade, suas experiências com a EJA variam de 29 anos a 15 anos, todos eles são professores concursados, esses dados de algumas características dos sujeitos da pesquisa, foram importante e nos ajudaram a entender o universo da nossa pesquisa.

As perguntas se referem à saber como está sendo desenvolvido as aulas durante esse momento de ensino remoto, quais as percepções dos professores sobre o ensino remoto bem como quais dificuldades ele apresenta.

Deste modo, a seguir traremos as respostas da primeira pergunta realizada no questionário para os profissionais da educação, que diz respeito: Qual a sua percepção sobre o Ensino Remoto Emergencial?

Nesse sentido a professora 1 respondeu: “é o ensino adequado para o momento, mas pouco investimento para o aluno por parte do governo”

A Professora P2 enfatiza que:

Sabemos da necessidade do Ensino Remoto Emergencial, devido o momento pelo qual passamos e ainda estamos passando, porém, no que se refere ao processo de ensino aprendizagem, o ensino remoto não contempla todos os alunos de uma forma mais abrangente, fato este que se deve principalmente devido a questões econômicas,

Já a terceira professora destaca:

Na minha percepção o ensino remoto vem se resignificando com a digitalização do ensino. O profissional se vê diante de muitas ferramentas e opções para se comunicar com os alunos, mas é necessário dinamismo e adaptabilidade para aplicação e uso de todos esses recursos. E os alunos, também devem contar com esses recursos tecnológicos para que possam ser bem sucedido esse tipo de ensino.

A segunda pergunta diz respeito à: Falar como foi e como está sendo suas atividades com os alunos da EJA no formato aulas remotas?

A professora P1 relata que “ Nesse formato de aula a procura do aluno para sanar dúvidas é constante e a preocupação do aprendizado não corresponde com a necessidade do aluno, fala de alguns alunos”.

De acordo com a P2- Os alunos ainda estão se adaptando a esse contexto, que foi algo inesperado para todos, porém, como professores, procuramos incentivar a participação de todos, mas existe ainda uma resistência muito grande em relação as aulas de forma remota, pois os alunos não tem internet, mesmo sabendo da necessidade do momento, percebemos que a maioria dos alunos preferem as aulas presenciais. Estamos atendendo só com apostilas.

Segundo a P3-

**Durante este período de pandemia estamos trabalhando basicamente com material impresso e grupo de WhatsApp.** Na minha opinião esse formato atual de aulas, não é aulas remotas, mas para o governo é. Fazer o quê? A ideia é que professor e alunos de uma turma tenham interações nos mesmos horários em que as aulas da disciplina ocorreriam no modelo presencial. Grosso modo, isso significa manter a rotina de sala de aula em um ambiente virtual acessado

por cada um de diferentes localidades. A pandemia trouxe preocupação com relação ao aprofundamento das desigualdades e da má distribuição de renda no país, milhões de brasileiros entre eles os nossos alunos, passando a viver em condição de pobreza, sem condições de adquirir qualquer kit tecnológicos para estudar (grifo nosso).

O terceiro questionamento buscando saber: Quais instrumentos/ recursos você utilizou com os alunos da EJA no período da Pandemia.

No tocante á essa questão todos os participantes a pesquisa responderam que utilizam de material impresso, apostila, pois seus alunos não tem internet e ou computador para acessar a plataforma Google Classroom (Google sala de aula) e ou Google Meet. Destacam que fazem o atendimento aos alunos, que tem aparelho de telefone com internet, através grupo de WhatsApp, com postagem de material complementar aos objetos de conhecimento tais como vídeos aulas, entre outras explicações por áudios e ou por imagens.

Logo, vemos que nesse momento em que a instituição pesquisada está utilizando, além das apostilas impressas, o *WhatsApp* se transformou na principal ferramenta de ensino e interação.

A quarta questão “Você teve dificuldade em trabalhar o objeto de conhecimento de seu componente curricular com os alunos da EJA no formato Remoto? Se sim, descreve o que considera os motivos”

A P1 respondeu:

Sim, tive dificuldade em trabalhar os componentes curriculares, pelo fato de ser apostilado (alguns alunos entregam apostila sem identificação, impressão não colorida, dificulta trabalhar imagens) grupo de WhatsApp (aluno que não tem internet ou telefone), telefone (telefone quebrado), internet (não tem internet e não tem dinheiro nem para comprar alimentos para sua sobrevivência). Tudo isso dificulta essa interação entre professor e aluno.

Para a P2 as dificuldades consistem em: “A maior dificuldade é em relação às condições de acesso a internet por parte dos alunos, pois dificulta o desenvolvimento das atividades e dos conteúdos trabalhados, já que não é possível um acompanhamento simultâneo da maioria dos alunos”.

Segundo a P3 “Sim e muitos o tempo para cada aluno, pois na EJA, sempre atendemos as particularidades, e com as apostilas dificulta, a situação foi agravando em que a escola foi parametrizada p atendê-los”.

Na última questão buscou saber: “Você acredita que seus educandos da EJA desenvolveram as habilidades pretendidas nas atividades propostas”.

A professora P1 destaca:

Eu acredito, que são poucos os alunos que conseguiram, desenvolverem com habilidades as atividades propostas, sozinhos, sem contar com ajuda de parentes, vizinhos e professores. Pelo fato de ser alunos da eja e estar afastado da escola por muito tempo, e por apresentar dificuldades em assimilarem determinados conteúdos. eu particularmente, tive o zelo de confeccionar apostilas com conteúdos voltados para a realidade dos sujeitos, com vocabulário de fácil entendimento. E as dificuldades em que eles tiveram me pediram ajuda, contribui através do WhatsApp (vídeos)ou por ligações do telefone.

P2 Alguns conseguiram desenvolver, porém, um número insatisfatório, em comparação ao ensino presencial e para a P3 Sim, mas com muitas dificuldades.

As falas das professoras deixa evidente a falta compromisso dos órgãos públicos com sujeitos da EJA, uma vez que os sujeitos da EJA, diante de diversos fatores entre eles o econômico e falta de políticas públicas de inclusão digital, ficaram excluído do ensino remoto, tendo a maioria atendimento por material apostilado.

## 5. Considerações.

Sabemos que abordar sobre a Educação de jovens e adultos em seus diversos aspectos já é um desafio, inclusive ao refletir sobre o ensino remoto para os sujeitos, jovens adultos e idosos, em tempo de pandemia. Uma vez que podemos citar que a pandemia evidenciou muitas mazelas sociais enfrentadas pelos estudantes da alfabetização de jovens e adultos, dentre elas a própria condição de continuidade dos estudos na forma remota. Como nos lembra Paulo Freire ( 2018, p.83) “ A educação, para não instrumentar tendo como objeto um sujeito – ser concreto, que não somente está no mundo, mas também está com ele- deve estabelecer uma relação dialética com o contexto da sociedade à qual se destina.

Entretanto notamos no decorrer da pesquisa que o Ensino Remoto, se tornou mais difícil e excludente para uns grupos sociais do que para outros e impossível para um vasto grupo de educandos/educandas da EJA, cuja na maioria muitos ficaram com pandemia em situações ainda mais de vulnerabilidade social, e entre estudar e trabalhar , não houve possibilidade de escolha, vencendo a maioria: a busca constante para a sobrevivência.

Por fim, cabe argumentar que a EJA não deve mais ser percebida resignificada, com olhares menos negativos, inclusive com políticas públicas para qualidade social da população jovens e adultos e idosos que por motivos diversos não puderam concluir seus estudos em tempos considerados regulares, uma vez que a educação de adultos de ser compreendida ao longo da vida.

## 6. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

BANCO MUNDIAL. Remote learning, distance education and online learning during the COVID19 pandemic: A Resource List by the World Bank's EdTech Team. 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/edutech/brief/edtech-covid-19>. Acesso em: 2 jun. 2020.

BIHR, A. França: pela socialização do aparato de saúde. In: MIKE, D. et al. (orgs.). Coronavírus e a luta de classes. Teresina, Fortaleza: Terra sem Amos, 2020. p. 25-30.

BRASIL. Parecer CNE/CP No 5, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno [2020]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 7 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1967  
\_\_\_\_\_. Pedagogia do Compromisso: América Latina e Educação Popular. São Paulo: Villa das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação e Mudança. 38 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENEZES Mônica Clementino. CUNHA JÚNIOR, Adenilson. NASCIMENTO, Marinês Luz da Silva. Alfabetização de jovens e adultos na conjuntura atual: um diálogo reflexivo com as políticas públicas dos últimos dois anos. In: Anais Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 8, n. 12, p. 1-15, maio, 2021. Disponível em <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/9778/9584>. Acesso em 10/08/2021.

SANTOS, E. N. da S. O Fenômeno do “rejuvenescimento” dos sujeitos da educação de jovens e adultos e os desafios para organização do trabalho pedagógico. Cáceres-MT: PPEduc.UNEMAT, 2013.